

BRASILPREV

Brasilprev Seguros e Previdência S.A.
CNPJ nº 27.665.207/0001-31

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, a Administração da Brasilprev Seguros e Previdência S.A. submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, Parecer dos Auditores Atuariais Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal, bem como do Relatório do Comitê de Auditoria.

Cenário Econômico e o Mercado de Previdência

O ano de 2022 deve deixar, como herança para o ano novo, um cenário bastante desafiador. Poderíamos resumir o ano como um período de elevadíssima volatilidade nos mercados financeiros globais. Fatores de diversas naturezas contribuíram para essa caracterização adversa. A segunda maior economia global, a China, foi fortemente impactada pelas diversas e generalizadas rodadas de lockdowns e também pelos problemas no mercado imobiliário local. A invasão da Ucrânia, no final de fevereiro, por parte da Rússia, adicionou incerteza sobre um possível conflito entre as maiores forças nucleares do planeta, além disso, intensificou um processo de elevação de preços de commodities, principalmente energéticas e agrícolas. Diante das maiores pressões inflacionárias das últimas quatro décadas, bancos centrais em todo o mundo começaram a elevar as taxas de juros, que estavam, nas principais economias, em território historicamente reduzido. Nesse sentido, o Banco Central do Brasil avançou no ciclo de elevação da taxa básica de juros, a Selic, que atingiu o patamar de 13,75%. Refletindo o aperto monetário e medidas que impactaram os preços administrados, a inflação do consumidor, aferida pelo IPCA, cedeu de 10% para 5,8%. Já o crescimento econômico ficou próximo a 3,0%, favorecido principalmente pela agropecuária e o setor de serviços.

De acordo com os dados do relatório da Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (Fenaprev) de dezembro de 2022, o crescimento do mercado de previdência aberta em arrecadação foi de 8,2% ante mesmo período de 2021 (R\$184,3 bilhões), totalizando R\$199,4 bilhões. Esse volume de crescimento se deu pela modalidade de produto Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), no qual a arrecadação atingiu o volume de R\$175,3 bilhões, crescimento de 8,4% quando comparado ao mesmo período de 2021 (R\$161,6 bilhões). Em paralelo, a modalidade Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) arrecadou R\$24,2 bilhões, crescendo 6,5% em relação ao mesmo período de 2021 (R\$22,7 bilhões). Em relação aos planos Tradicionais, a arrecadação atingiu o volume de R\$3,2 bilhões, queda de 0,8% quando comparado ao mesmo período de 2021 (R\$3,3 bilhões).

Em dezembro de 2022, as reservas da indústria atingiram R\$1.210 bilhões, registrando um incremento de 12,8%, se comparado ao mesmo período de 2021 (R\$1.073 bilhões).

A Brasilprev

"Transformar o jeito como o brasileiro prepara o seu futuro, promovendo o desenvolvimento sustentável". É inspirada por esse propósito que a Brasilprev, líder e especialista em previdência privada, completou 29 anos de atuação.

Com sede em São Paulo, conta com a BB Seguros Participações S.A., subsidiária integral da BB Seguridade Participações S.A., que é braço de seguros, capitalização e previdência privada do Banco do Brasil ("BB"), e a PFG do Brasil Ltda., que compõe o Principal Financial Group, uma das principais instituições financeiras dos Estados Unidos, como acionistas. Por ter essa estrutura organizacional, conta com a força das agências e canais digitais do BB como os principais meios de distribuição dos produtos.

Líder em ativos sob gestão, oferece planos de previdência privada para pessoas físicas e jurídicas, nas modalidades Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL). Atualmente atende cerca de 2,5 milhões de clientes, sendo 10,3% na carteira de planos empresariais e 89,7% em planos individuais, em que 30,7% pertencem ao segmento de crianças e adolescentes (júnior).

Para obter resultados sustentáveis, a Brasilprev coloca o cliente no centro de suas decisões e ações estratégicas, fomentando uma cultura de inovação com o objetivo de proporcionar a melhor experiência para o cliente e para seus parceiros na distribuição de produtos de previdência, mantendo o protagonismo no setor e com evoluções constantes em eficiência operacional.

Considerando o momento de evolução no mercado com o *OpenFinance*, a Brasilprev atua para fornecer continuamente aos seus clientes novas soluções, assessoria aderente ao perfil do investidor e a conveniência no atendimento por meios digitais.

Além disso, a Brasilprev é signatária de acordos voluntários com foco em investimentos responsáveis, o que reforça o comprometimento em ampliar seu olhar para os impactos no meio ambiente, no desenvolvimento social e na governança (ASG), nos investimentos que realiza. Dentre eles estão os Princípios para o Investimento Responsável (PRI, na sigla em inglês), a Declaração sobre Títulos Verdes e o *Carbon Disclosure Program* (CDP).

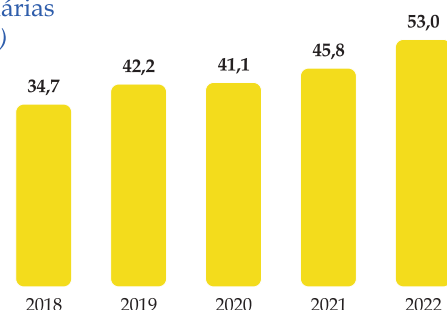
Com o objetivo de contribuir com a transformação da sociedade, desde 2009, a Brasilprev renova sua parceria com o programa Empresa Amiga da Criança, integrado pela Fundação Abrinq, que busca o engajamento de empresas que queiram assumir compromissos em benefício da infância e adolescência, realizando ações sociais para o público interno e a comunidade.

Além disso, a companhia lançou em agosto de 2022 os seus compromissos com a sustentabilidade. Dividido entre os temas de Gestão de Investimentos ASG, Relacionamento e Satisfação dos clientes, Diversidade, equidade e inclusão, Integridade, ética e transparência e Gestão ambiental e responsabilidade social, o documento estabelece objetivos e metas a serem cumpridos até 2026.

Abaixo alguns indicadores que comprovam o bom desempenho da empresa no acumulado até dezembro de 2022, em comparação ao mesmo período de 2021:

- As receitas dos planos de previdência atingiram a marca de R\$53 bilhões, representando um crescimento de 15,6% frente ao mesmo período de 2021, mantendo a empresa em primeiro lugar entre as seguradoras no ranking de arrecadação total.

Receitas Previdenciárias (R\$ Bilhões)

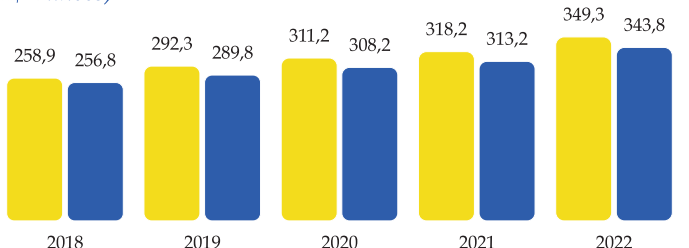


A carteira total de investimentos apresentou crescimento anual de 9,8%, totalizando R\$349,3 bilhões.

Em relação ao disposto na Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações, a Brasilprev declara possuir capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento".

- O saldo das reservas técnicas total evoluiu 9,8% em relação ao mesmo período de 2021, totalizando R\$343,8 bilhões. Quando se compararam os saldos das reservas técnicas com a carteira de investimentos, a disponibilidade da empresa supera em R\$5,5 bilhões a necessidade de recursos para garantia dos compromissos assumidos com nossos clientes.

Carteira de Investimento e Reservas Técnicas (R\$ Bilhões)

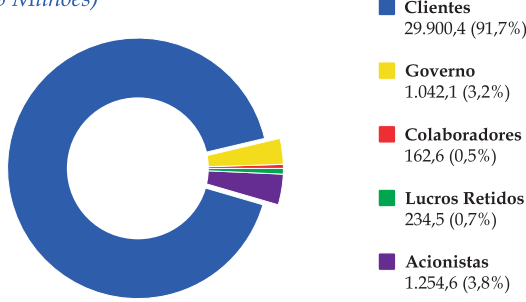


O resultado ajustado acumulado até dezembro de 2022 antes dos impostos e participações foi de R\$2,3 bilhões, um crescimento de 42% em relação ao resultado ajustado antes dos impostos e participações do mesmo período de 2021.

O lucro líquido ajustado acumulado até dezembro de 2022 atingiu R\$1,5 bilhão, um crescimento de 48% frente ao lucro líquido ajustado apresentado no mesmo período de 2021, que foi de R\$1 bilhão. Conforme prevê o Estatuto Social da Companhia, as políticas, fixação do prazo de pagamento, bem como o efetivo pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio são de competência da Assembleia Geral dos Acionistas que poderá delegar tais aprovações para o Conselho de Administração.

A gestão dos negócios da Brasilprev, obtidos até dezembro de 2022, proporcionou a seguinte distribuição do valor adicionado:

(Em R\$ Milhões)



Inovação e Uso de dados

A Brasilprev está cada vez mais digital e *data driven*. Antes mesmo da pandemia, a empresa já vinha desenvolvendo uma cultura de inovação, com a criação do DXLab e a capacitação dos seus times de tecnologia. Além disso, lançou novos recursos no WhatsApp que amplificaram o seu papel consultivo, proporcionando uma melhor experiência dos nossos clientes.

A prioridade para os próximos anos será promover cada vez mais um atendimento segmentado e customizado de consultoria. Um exemplo é o nosso *chat bot* "Téo", que atua no apoio às angariações em grandes empresas. Atualmente 92% dos clientes que recebem uma consultoria por meio dessa ferramenta aceitam a proposta enviada. Um dado importante é que fechamos 2022 com mais de 300 empresas (médias e grandes) que utilizaram essa plataforma.

Novos Canais

A Brasilprev possui uma área exclusiva de "Novos Canais" que tem como principal missão expandir os meios de distribuição, permitindo que a proposta de valor da companhia esteja acessível para cada vez mais pessoas.

A área reformulou o "Canal Corretor", com uma série de melhorias e propiciando uma jornada de venda mais moderna e intuitiva. O resultado foi uma aproximação com esses profissionais, o que ampliou o número de corretores externos de 211 em 2021 para 472 atualmente.

Números WhatsApp

WhatsApp: desde o lançamento do serviço, em 2019, já foram mais de 1,65 milhão de acessos totais na ferramenta, e mais de 610 mil usuários únicos, com um índice de satisfação de 80% dos usuários do canal. A plataforma já registrou mais de 40 milhões de trocas de mensagens. Outro dado importante é que o NPS - *Net Promoter Score* de dezembro de 2022 no autoatendimento do WhatsApp é 66pts. Atualmente o canal já permite, entre outros, serviços como:

- Consulta de saldo e extrato;
- Segunda via de contribuição;
- Aporte extra;
- Informe de rendimentos; e
- Assessoria digital.

Gestão de Riscos e Controles Internos

A Diretoria de Controles Internos e Gestão de Riscos, ao longo do exercício atuou fortemente, em conjunto com Administração e as demais áreas da Brasilprev, no fortalecimento de mecanismos de gestão e reforço da estrutura de gestão de riscos, controles internos e conformidade.

Destacadamente, continua avançando em melhorias para o teste integrado de estresse e derivações do uso de seus resultados para o reforço na gestão prospectiva dos riscos corporativos, especialmente dos riscos de mercado, subscrição e estratégicos, bem como a adoção do mesmo para uso na tomada de decisão relacionada aos objetivos e planejamento estratégico da Companhia.

Foram mantidas e reforçadas as atividades de testes de controles internos e de continuidade de negócios, além de concluída a revisão da Matriz de Riscos e Controles, complementar para a gestão dos riscos de segurança da informação a cibersegurança. O processo de identificação, análise, avaliação e tratamento de riscos é contínuo e, também contou com melhorias de seus ferramentais e processos.

O monitoramento da conformidade com a regulamentação e normas internas possui contínua execução, especialmente quanto à avaliação de impactos de normativos, que retroalimentam a gestão de riscos e controles internos, reforçando a gestão integrada entre as funções de riscos, controles internos e conformidade da Brasilprev.

Compliance, Privacidade e Segurança da Informação

Atuando sob a estrutura da Diretoria de Controles Internos e Gestão de Riscos, a área de Conformidade, Privacidade e Segurança da Informação é responsável por traçar na empresa os temas relacionados a conformidade regulatória, conduta, integridade, canal de denúncias, prevenção à lavagem de dinheiro, programa anticorrupção. Como segunda linha, também atua nos temas relacionados à segurança da informação e privacidade. Políticas e Instruções Normativas sobre esses temas são periodicamente atualizadas, publicados e divulgados para toda a companhia. A área ainda atua na elaboração e condução de treinamentos e materiais para disseminar uma cultura de gestão de Conformidade, Privacidade e Segurança da Informação. Destacamos o reforço de cenários de monitoramento dos controles, além do programa de conscientização corporativa com matérias e reciclagem dos treinamentos periódicos.

Reconhecimento

No ano de 2022, a companhia foi reconhecida por:

- Prêmio Ouvidorias Brasil 2021:** a Brasilprev foi reconhecida no prêmio Ouvidorias Brasil 2021, desenvolvido pela Associação Brasileira das Relações Empresa Cliente - ABRAREC. O caso vencedor foi o "Ouvidoria - Uma alquimia de excelência em tempos de crise", avaliado pelo Comitê Internacional de Ouvidorias e Ombudsman a partir dos critérios de amplitude, inovação, governança, retorno positivo para imagem, reputação, satisfação, fidelização dos clientes e contribuições para sustentabilidade do negócio (março/2022).
- Marcas de Quem Decide:** a Brasilprev foi reconhecida como a marca mais lembrada e preferida do segmento de Previdência Privada pela pesquisa Marcas de Quem Mais Decide de 2022. O prêmio classifica as marcas mais lembradas do Rio Grande do Sul. A pesquisa, realizada pelo Jornal do Comércio e pela Qualidata, leva em consideração a opinião de executivos em cargos de direção, proprietários de empresas e profissionais liberais do estado (abril/2022).
- Prêmio Segurador Brasil:** a Brasilprev foi reconhecida como a melhor companhia nas categorias especiais "Destaque de Melhor Desempenho" (conglomerados com faturamento acima de R\$2,5 bilhões) e "Destaque de Liderança" (melhor evolução do *market share*) - Previdência Privada Aberta. A premiação, promovida pela Editora Brasil Notícias, reúne as principais lideranças e empresas dos setores de Seguros, Previdência, Capitalização e Saúde para reconhecer os melhores desempenhos do mercado segurador (maio/2022).
- Prêmio Cliente SA:** a Brasilprev recebeu ouro na categoria "Líder em Projeto de Customer Employee" do prêmio Cliente SA. A premiação levou em consideração a ação "Elogiados - Heróis que Encantam", evento de reconhecimento aos colaboradores avaliados positivamente durante o processo de atendimento ao cliente (junho/2022).
- Selo RA 1000, do Reclame Aqui:** a Brasilprev recebeu selo pela excelência do atendimento prestado aos clientes. O certificado é conferido às companhias que mantêm Índices acima de 7 na resolução de reclamações dos consumidores. A empresa atingiu em setembro classificação 8,7 - marca que a enquadra na categoria "ótimo".
- Certificação FIA Experiance (FEEX) de Clima Organizacional:** o selo de reconhecimento foi conquistado após a pesquisa, realizada pela Fundação Instituto de Administração (FIA), avaliar as experiências dos colaboradores em relação ao ambiente de trabalho e as práticas de gestão de pessoas da companhia. A certificação faz parte do prêmio Lugares Incríveis para Trabalhar, uma iniciativa da FIA e do UOL, que reconhece as empresas brasileiras com altos níveis de satisfação entre os colaboradores.
- Valor 1000:** a Brasilprev ocupou a primeira colocação na categoria "Previdência e Vida" no ranking Valor 1000. O anuário, do jornal Valor Econômico, premia as empresas destaques em seus setores de atuação e, em 2022, chegou à sua 22ª edição.
- As Melhores do Dinheiro 2022:** a Brasilprev conquistou o 2º lugar no ranking de Seguros e Previdência, do Prêmio Melhores do Dinheiro, da revista ISTOÉ Dinheiro. A companhia foi classificada na categoria como 1º lugar em Responsabilidade Social e 2º lugar em Sustentabilidade Financeira.
- Empresas que Mais Respeitam o Consumidor:** a Brasilprev foi vencedora na categoria FINANCEIRO - Previdência Privada. Este é um reconhecimento relevante, que chega à sua 20ª edição, e tem como objetivo reconhecer as empresas que investem em estratégias, recursos e metodologias como sinais de respeito ao consumidor final.
- Guia de Previdência Valor/FGV 2022:** a Brasilprev foi reconhecida como a melhor gestora de fundos Data-Álvo na edição especial do Guia de Previdência Valor/FGV 2022. O estudo é realizado pelo jornal Valor Econômico em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV).
- Empresas Mais 2022:** pelo terceiro ano consecutivo a Brasilprev foi a primeira colocada do segmento Serviços Financeiros - Seguradora do Empresas Mais do Estadão, premiação que avalia os critérios econômicos e a atuação de cada empresa nas áreas de Governança Corporativa e Inovação, apontando as empresas com melhor gestão e resultados do País.
- Prêmio Melhores do Seguro 2022:** a Brasilprev foi vencedora do prêmio Melhores do Seguro com o caso "Aplicação da política ASG na Ouvidoria". O evento é realizado todos os anos pela Revista Apólice para reconhecer as corretoras de seguros em diversos segmentos.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos clientes e acionistas pelo apoio e confiança que depositam em nossa administração, aos fornecedores pelo suporte fundamental que nos provêm, à rede do Banco do Brasil pela dedicação na distribuição de nossos produtos, à Principal pelo constante apoio técnico, experiência e visão global dos negócios, e aos nossos colaboradores pelo indispensável comprometimento e empenho.

São Paulo, 06 de fevereiro de 2023.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Ativo	31/12/2022	31/12/2021	Passivo Circulante	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	331.664.543	301.916.169	Circulante	39.357.960	35.147.879
Disponível (nota 3b)	35.010	25.501	Contas a pagar	658.611	396.380
Caixa e bancos	35.010	25.501	Obrigações a pagar	49.058	49.065
Aplicações (nota 5)	330.855.179	301.078.049	Impostos e encargos sociais a recolher (nota 10)	217.629	179.951
Créditos das operações com seguros e resseguros	1.970	2.393	Encargos trabalhistas	13.637	11.606
Prêmios a receber	1.970	2.393	Empréstimos e financiamentos (nota 13)	5.510	4.173
Créditos das operações com previdência complementar	186	698	Impostos e contribuições (nota 11)	372.777	151.585
Créditos de resseguros	186	698	Débitos de operações com seguros e resseguros	9.535	6.511
Títulos e créditos a receber	140.362	216.240	Prêmios a restituir	-	1
Títulos e créditos a receber	60.965	148.961	Operações com seguradoras	49	1
Créditos tributários e previdenciários (nota 19)	77.580	64.664	Corretores de seguros e resseguros	9.486	6.509
Outros créditos	1.817	2.615	Débitos de operações com previdência complementar	9.964	5.962
Despesas antecipadas	10.994	3.305	Débitos de resseguros	1.147	395
Custos de aquisição diferidos (nota 15)	620.842	589.983	Outros débitos operacionais	8.817	5.567
Seguros	596.442	565.253	Depósitos de terceiros (nota 12)	36.219	27.453
Previdência	24.400	24.730	Provisões técnicas - seguros (nota 15)	32.726.612	29.191.651
Ativo não circulante	19.536.889	18.186.069	Pessoas	69	2
Realizável a longo prazo	19.291.951	17.953.445	Vida individual	443	2
Aplicações (nota 5)	18.404.470	17.094.808	Vida com cobertura por sobrevivência	32.726.100	29.191.647
Títulos e créditos a receber	58.859	53.185	Provisões técnicas - previdência complementar (nota 15)	5.904.038	5.509.299
Créditos tributários e previdenciários (nota 19)	47.030	40.833	Planos não bloqueados	5.904.038	5.509.299
Depósitos judiciais e fiscais (nota 16e)	11.829	12.352	Outros débitos	12.981	10.623
Outros valores e bens (nota 7)	37.365	42.930	Débitos diversos (nota 7)	12.981	10.623
Custos de aquisição diferidos (nota 15)	791.257	763.022	Passivo não circulante	305.795.447	279.120.921
Seguros	761.136	731.355	Contas a pagar	548.336	547.849
Previdência	30.121	31.667	Empréstimos e financiamentos (nota 13)	548.336	547.849
Investimentos	75	75	Provisões técnicas - seguros (nota 15)	255.048.472	230.650.475
Outros investimentos	75	75	Vida individual	1.278	13
Imobilizado (nota 8)	13.655	19.265	Vida com cobertura por sobrevivência	255.047.194	230.650.462
Bens móveis	11.441	14.224	Provisões técnicas - previdência complementar (nota 15)	50.147.374	47.865.705
Outras imobilizações	2.214	5.041	Planos não bloqueados	50.147.374	47.865.705
Intangível (nota 9)	231.208	212.784	Outros débitos	51.265	56.892
Outros intangíveis	231.208	212.784	Provisões judiciais (nota 16)	24.175	23.064
			Débitos diversos (nota 7)	27.090	33.828
Total do ativo	351.201.432	320.102.238	Patrimônio líquido (nota 17)	6.048.025	5.833.438
			Capital social	3.529.258	2.929.258
			Aumento de capital (em aprovação)	-	600.000
			Reservas de lucros	2.518.183	2.302.580
			Ajustes de avaliação patrimonial	584	1.600
			Total do passivo e do patrimônio líquido	351.201.432	320.102.238

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais, exceto o Lucro líquido por ação)

	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de contribuições e prêmios	52.816.022	45.668.826
(-) Constituição da provisão de benefícios a conceder	(52.795.218)	(45.645.573)
(=) Receitas de contribuições e prêmios de VGBL	20.804	23.253
(+) Rendas com taxas de gestão e outras taxas	3.244.613	3.146.438
(-) Variação de outras provisões técnicas	(11.038)	(43)
(-) Benefícios retidos	(96.802)	(96.900)
(-) Custos de aquisição (nota 18a)	(696.494)	(633.712)
(-) Outras receitas e despesas operacionais (nota 18b)	(34.891)	(55.793)
Prêmios emitidos	8.886	104
(+) Contribuições para cobertura de riscos	176.058	171.981
(+/-) Variação das provisões técnicas de prêmios	(958)	5
(=) Prêmios ganhos	183.986	172.090
(-) Sinistros ocorridos	(11.914)	(18.317)
(-) Custos de aquisição (nota 18a)	(90)	(5)
(-) Outras receitas e despesas operacionais (nota 18b)	(21.261)	(17.810)
(-) Resultado com resseguro	(154)	(2)
(-) Despesa com resseguro	(154)	(2)
(-) Despesas administrativas (nota 18c)	(382.757)	(350.443)
(-) Despesas com tributos (nota 18d)	(253.729)	(234.043)
(+/-) Resultado financeiro (nota 18e)	329.585	(333.910)
(=) Resultado operacional	2.270.058	1.600.743
(+/-) Ganhos e perdas com ativos não correntes	7	(191)
(=) Resultado antes dos impostos e participações	2.270.065	1.600.552
(-) Imposto de renda (nota 19)	(465.954)	(326.597)
(-) Contribuição social (nota 19)	(297.273)	(252.080)
(+) Participações sobre o resultado	(17.691)	(13.094)
Lucro líquido do exercício	1.489.147	1.008.791
Quantidade de ações	3.517.874	3.517.874
Lucro líquido por ação - R\$	423,31	286,76

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
--	------------	------------



Brasilprev Seguros e Previdência S.A.
CNPJ nº 27.665.207/0001-31



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	1.489.147	1.008.791
Ajustes para:		
Depreciação	7.700	8.270
Provisão de créditos duvidosos	2.289	11.880
Despesas antecipadas	(6.720)	4.789
Custos de aquisição diferidos	(59.094)	(59.999)
Varição de outras provisões técnicas	101.974	161.038
Atualização monetária das provisões técnicas	29.722.997	6.061.198
Amortização de ativos intangíveis	32.710	37.182
Ganho ou perda na alienação de imobilizado	(7)	191
Contingências	21.419	22.322
Tributos diferidos	(5.519)	(13.981)
Apropriação de juros sobre arrendamentos	3.304	3.635
Depreciação de ativos de direito de uso	5.506	5.498
Lucro líquido ajustado do exercício	31.315.706	7.250.812
Varição nas contas patrimoniais:		
Aplicações	(31.086.792)	(6.999.443)
Créditos das operações de seguros e resseguros e das operações com previdência complementar e créditos tributários e previdenciários	(1.354)	(10.578)
Créditos tributários e previdenciários	(13.594)	(26.623)
Despesas antecipadas	(969)	(1.661)
Outros ativos	88.853	(127.159)
Depósitos judiciais e fiscais	523	(1.294)
Fornecedores e outras contas a pagar	2.191	(630)
Impostos e contribuições	718.894	571.860
Débitos de operações com seguros e resseguros	3.024	(5.158)
Débitos das operações com previdência complementar	4.002	(1.050)
Depósitos de terceiros	8.766	(30.975)
Provisões técnicas - Seguros	3.317.847	525.638
Provisões técnicas - Previdência complementar	(2.533.452)	(1.741.011)
Provisões judiciais	(20.308)	(18.037)
Outros passivos	110.077	89.900
Ajuste valor justo de ativos financeiros	(1.016)	(1.652)
Caixa consumido pelas operações	(29.403.309)	(7.777.873)
Imposto de renda sobre o lucro pago	(322.076)	(262.083)
Contribuição social sobre o lucro pago	(175.626)	(183.306)
Caixa líquido gerado / (consumido) nas atividades operacionais	1.414.696	(972.450)
Atividade de investimento		
Recebimento pela venda:		
Imobilizado	49	51
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(2.132)	(1.544)
Intangível	(51.134)	(34.500)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(53.217)	(35.993)
Atividade de financiamento		
Aumento de capital	-	750.030
Dividendos	(968.538)	(39.577)
Juros sobre capital próprio	(307.204)	(210.323)
Juros pagos sobre dívida subordinada	(76.228)	(19.868)
Dívida subordinada	-	550.000
Caixa líquido (consumido) / gerado nas atividades de financiamento	(1.351.970)	1.030.162
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	9.509	21.719
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	25.501	3.782
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	35.010	25.501

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Brasilprev Seguros e Previdência S.A. (doravante denominada por "Brasilprev" ou "Companhia") é uma empresa autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar com seguros de vida com cobertura de sobrevivência, planos de benefícios de caráter previdenciário, pessoas e vida individual em todo território nacional. A Companhia é uma associação com gestão compartilhada entre o Grupo Banco do Brasil (49,99% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais) e o Principal Financial Group (50,01% das ações ordinárias).

A Companhia, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob nº 27.665.207/0001-31, tem sede na Rua Alexandre Dumas, nº 1.671 - Chácara Santo Antônio - São Paulo, SP - Brasil.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 06 de fevereiro de 2023.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- Declaração de conformidade**
Em consonância à Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular. As referidas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios em curso normal e compreendem o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e as respectivas notas explicativas.
- Moeda funcional e de apresentação**
A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essa é a moeda do ambiente econômico em que a Companhia opera.
- Base para mensuração**
Os valores contidos nas demonstrações financeiras são expressos em Reais (R\$), arredondados em milhares, exceto quando indicado de outra forma, e foram elaborados de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.
- Circulante e não circulante**
Mensalmente a Companhia efetua a revisão dos valores inscritos no ativo e no passivo circulante, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cujos vencimentos ultrapassarem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data-base. Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores inscritos no ativo/passivo circulante.
As Provisões Técnicas foram segregadas entre circulante e não circulante de acordo com os critérios indicados na nota 3.
- Novo plano de contas - Circular SUSEP nº 648/2021**
Com a adoção do novo plano de contas da SUSEP, a nomenclatura da conta contábil em que se encontra registrado o saldo da dívida subordinada foi alterada de "Contas a pagar - Outras contas a pagar" para "Contas a pagar - Empréstimos e financiamentos" no passivo circulante e não circulante, sendo que o montante de R\$550 milhões da dívida subordinada captada no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, anteriormente apresentada na Demonstração do fluxo de caixa como atividade operacional na rubrica "Outros passivos" passou a ser registrada como atividade de financiamento na rubrica "Dívida subordinada".

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados.

- Auração do resultado**
É apurado pelo regime de competência, que no caso das receitas de planos previdenciários e seguros de vida com cobertura de sobrevivência, corresponde ao seu efetivo recebimento, tendo como contrapartida a constituição de provisões técnicas, exceto as receitas para cobertura de riscos nos casos de planos de previdência contínuos, pessoas e vida individual, as quais são registradas pelo período de vigência do respectivo risco, independentemente do seu recebimento. A receita de prêmios de seguros de riscos a decorrer é diferida pelo prazo de vigência das apólices de seguros, por meio da constituição da provisão de prêmios não ganhos, com base nos riscos vigentes. As rendas com taxa de gestão negociadas com os participantes, são calculadas às taxas estabelecidas contratualmente entre as partes e apropriadas ao resultado pelo regime de competência, obedecendo a data de fechamento do patrimônio líquido dos fundos.
As receitas com taxa de carregamento negociadas com os participantes para os planos tradicionais são calculadas às taxas estabelecidas contratualmente e apropriadas ao resultado, obedecendo a data de ingresso nos planos contratados.
- Caixa e equivalentes de caixa**
A Brasilprev define como caixa e equivalentes de caixa, as disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos), considerados no balanço patrimonial na rubrica de "Disponível" e as aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias entre a data de aquisição e de vencimento e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e que não afetem a vinculação como ativos garantidores.
- Aplicações e instrumentos financeiros**
Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, determinada no reconhecimento inicial. As categorias são as seguintes:
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado
Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período e apresentado no ativo circulante da Companhia.
II. Títulos mantidos até o vencimento
Ativos financeiros designados no momento da aquisição com esta classificação não são passíveis de negociação. Os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante e não circulante da Companhia, de acordo com a maturidade do título e são avaliados pelo seu valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações financeiras, calculados com base na taxa efetiva de juros dos respectivos títulos. De acordo com a regulamentação aplicável, os títulos que compõem as carteiras dos fundos exclusivos são classificados nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado" ou "mantidos até o vencimento", segundo instruções emitidas pelo cotista exclusivo ao Administrador dos fundos.
III. Títulos disponíveis para venda
Ativos financeiros que não se enquadram em nenhuma das definições já citadas. Os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante e não circulante da Companhia, de acordo com a maturidade do título. Os ajustes decorrentes de variações do valor justo, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são contabilizados em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do período quando da efetiva realização, pela venda dos respectivos títulos e valores mobiliários.
IV. Empréstimos e recebíveis
Ativos financeiros designados no momento da aquisição não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo, que não tenham sido designados como "disponíveis para venda" ou "a valor justo por meio do resultado" e são mensurados pelo valor justo. Compreendem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações com seguros e resseguros", "Créditos das operações com previdência complementar" e "Títulos e créditos a receber".
V. Instrumentos financeiros derivativos
Os ajustes diários, positivos ou negativos, dos derivativos são apropriados ao resultado e registrados, respectivamente, na rubrica "Receitas financeiras ou Despesas financeiras".
VI. Análise de valor recuperável de ativos financeiros (impairment)
A Brasilprev avalia a cada data de publicação do balanço, se os ativos estão deteriorados ou "impairment", tomando por base se o emissor ou devedor possui histórico de perdas e inadimplência, se é provável que a contraparte entre em concordata ou falência, ou não esteja cumprindo com os termos contratuais. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa, que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais)

líquido para o resultado. A perda cumulativa, que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado, é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado.

- Custos de aquisição diferidos**
São compostos por montantes referentes a comissões e agenciamentos relativos à comercialização de planos previdenciários e seguros de vida com cobertura de sobrevivência. Esses montantes são diferidos por ocasião da emissão do contrato ou apólice e apropriados ao resultado, de forma linear, pelo prazo médio de expectativa de retorno do produto (36 ou 48 meses para planos de PGBL/VGBL, 48 meses para planos de Pessoas e Vida Individual e 12 meses para os planos tradicionais).
- Arrendamento mercantil**
A Companhia avalia no início de cada contrato a existência de operações que transmitem o direito de controlar o uso de um ativo identificado, em um intervalo temporal, em troca de contraprestações, classificando-as como "arrendamento". A Companhia atua como "arrendatária" nos contratos vigentes, aplicando uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de valor material. Os contratos contabilizados envolvem duas principais contas: i) Outros ativos e bens que representam o direito de uso dos bens pelo intervalo temporal apurado; e ii) Débitos diversos que é utilizado para reconhecer a dívida e registrar os pagamentos dos arrendamentos.
- Imobilizado**
Demonstrado pelo custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos:
Depreciação do imobilizado
• Bens móveis e equipamentos de informática: calculada pelo método linear, com base no custo histórico e depreciado às seguintes taxas anuais: bens móveis - 10% e equipamentos de informática - 20%.
• Benefícios em imóveis de terceiros: calculada pelo método linear, com base no custo histórico e prazo em conformidade com a vigência do contrato de locação do imóvel.
Intangível
Licenças de software e desenvolvimento de sistemas (projetos) adquiridos, são capitalizados com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e desenvolver projetos, e fazer com que eles estejam prontos para utilização. Esses custos são amortizados pelo método linear, durante o período de 5 anos.
O intangível com vida útil definida é amortizado pelo método linear por 5 anos para montante atribuído à carteira, considerando sua projeção, e de 21 anos para o montante derivado da potencialidade de comercialização de produtos de previdência da Brasilprev na rede de agências do Banco Nossa Caixa. Tais agências já foram incorporadas pelo Banco do Brasil.
O teste de impairment é realizado para a data-base de balanço anual com o objetivo de testar o valor total pago frente ao seu valor de recuperação, ou quando haja qualquer indicação de impairment ao longo do período.
Passivos circulante e não circulante
Representados por passivos financeiros, são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em bases "pro-rata die") incorridas até a data-base das demonstrações financeiras.
Empréstimos e financiamentos
Composto por debêntures reconhecidas inicialmente por seus valores de contratação, deduzidos dos respectivos custos de transação, e atualizados de acordo com as taxas de juros pactuadas.
Resseguro
A Brasilprev mantém contrato de resseguro com cobertura de catástrofe e excedente de responsabilidade das carteiras de morte e invalidez dos planos de previdência com a Munich Re do Brasil Resseguradora S.A., os percentuais ressegurados em relação ao total das carteiras são respectivamente, 3,6% e 7,9%. É um contrato em base de cota parte e excedente de responsabilidade da carteira do produto de Pessoas e Vida Individual com a Swiss Re Brasil Resseguros S.A. A Munich Re e a Swiss Re estão classificadas como resseguradoras local e apresentam rating AA- e Aa3, respectivamente.
Provisões técnicas
As provisões técnicas foram calculadas de acordo com as notas técnicas atuárias e normas estabelecidas pelo CNSP e SUSEP.
As provisões matemáticas relacionadas a planos de previdência representam o valor das obrigações sob a forma de renda por sobrevivência, renda por invalidez, pensão e pecúlio, determinadas mediante cálculos e premissas atuárias, efetuados de acordo com Notas Técnicas Atuárias e com a regulamentação vigente (Resolução CNSP nº 432/2021 e alterações e Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações), nos regimes financeiros de capitalização, repartição de capitais de cobertura e repartição simples, respectivamente. A provisão matemática de benefícios a conceder (PMBaC) refere-se aos participantes cuja percepção dos benefícios ainda não foi iniciada e a provisão matemática de benefícios concedidos (PMBCC) refere-se àqueles já em gozo de benefícios. Particularmente para os planos de previdência e seguros das modalidades PGBL e VGBL, a provisão matemática de benefícios a conceder representa o montante dos prêmios e contribuições aporados pelos participantes, acrescido dos rendimentos financeiros auferidos na aplicação dos recursos e deduzidos dos resgates e portabilidades realizados.
Para os planos tradicionais, a provisão matemática de benefícios a conceder representa o montante das contribuições aportadas pelos participantes, líquido da taxa de carregamento, acrescido de juros e correção monetária garantidos conforme contrato e deduzidos dos resgates e portabilidades realizados.
A provisão de prêmios não ganhos (PPNG), é calculada "pro rata die" em função dos riscos vigentes, bruta de resseguro e carregamento, e líquida de IOF.
A provisão de sinistros a liquidar (PSL), é constituída pelo total dos sinistros e benefícios já avisados e ainda não regularizados até a data do balanço.
A provisão de sinistros ocorridos e não avisados (BNR), é constituída com base na observação do comportamento histórico dos avisos de sinistros dos últimos 60 meses sendo bruta de resseguro para cobertura de risco de Previdência. Para as coberturas de risco dos planos de Pessoas e Vida Individual é constituída com base nos percentuais definidos na Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações, dado que a Companhia não possui dados suficientes para definir uma metodologia própria.
A provisão complementar de cobertura (PCC) é constituída quando for constatada insuficiência das provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação do Passivo, descrito na nota 3m.
A provisão de excedentes financeiros (PEF) corresponde ao resultado financeiro excedente à rentabilidade mínima garantida, repassado aos contratos com cláusula de participação de excedente financeiro.
As substituições e reversões da provisão de excedente financeiro, bem como os encargos financeiros creditados às provisões técnicas são apresentados na Demonstração do resultado, na rubrica "Resultado financeiro".
A provisão de despesas relacionadas (PDR), é constituída para o custeio das despesas referentes ao pagamento de benefícios tanto dos participantes já em fase de concessão de benefícios quanto daqueles que atingirão esta condição.
A provisão de resgates e outros valores a regularizar (PVR) corresponde aos valores a serem regularizados junto aos clientes.
A classificação do passivo em circulante e não circulante segue critérios diferentes de acordo com a finalidade de cada provisão. A provisão de benefícios a conceder segue a expectativa de fluxos de resgates e conversão de recursos em renda. A provisão de benefícios concedidos segue a expectativa de pagamento de benefício aos assistidos. A provisão de excedente financeiro é constituída para suportar obrigações cujo vencimento é superior a 1 ano. As demais provisões vivem cobrir compromissos de curto prazo, ou seja, até 1 ano.
Teste de adequação dos passivos (LAT - Liability Adequacy Test)
Conforme requerido pelo CPC 11, e segundo as regras e procedimentos instituídos pela Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações, semestralmente a Companhia elabora o teste de adequação dos passivos para todos os contratos vigentes na data-base do cálculo. Este teste é elaborado considerando-se como valor líquido contábil todos os passivos de contratos de seguro permitidos segundo o CPC 11 e a referida Circular, deduzidos dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguro.
Para a realização do teste, os contratos são agrupados com base nos riscos similares ou quando o risco de seguro é gerenciado em conjunto pela Administração.
A metodologia utilizada considera as melhores estimativas correntes dos fluxos de caixa de todos os riscos assumidos até a presente data-base sendo brutos de resseguro, segregados em fluxos de prêmios e contribuições registradas e futuras, com as seguintes premissas:

- Prêmios e contribuições futuras, conversão em renda, resgates, despesas com pagamentos de benefícios futuros e cancelamentos baseados nas melhores práticas e análise da experiência histórica da Companhia com o período máximo de 5 anos conforme o estipulado no § 3º do artigo 38 da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações; e
 - Mortalidade e sobrevivência, conforme mesma Circular, pelas tábuas biométricas BR-EMS (construídas com a experiência do mercado segurador brasileiro), incrementadas pela melhoria contínua da expectativa de vida.
- Os fluxos de caixas projetados são trazidos a valor presente segundo a Estrutura a Termo das Taxas de Juros - ETTJ conforme determinação da SUSEP, conforme as respectivas garantias oferecidas nos contratos em vigor, e para a identificação de possíveis insuficiências são comparados com os valores contábeis dos passivos e ativos intangíveis.
- Conforme Ofício Circular Eletrônico nº 1/2022/CGMOP/DIR4/SUSEP, a partir de junho de 2022, entrou em vigor a nova metodologia de estimação das Estruturas a Termo das Taxas de Juros livres de risco (ETTJ). Tal metodologia é utilizada para gerar as curvas: Prefixada, Cupom de IGP-M, Cupom de TR e Cupom Cambial (dólar).
- O teste de adequação de passivo realizado para a data-base de 31 de dezembro de 2022 apresentou insuficiência total no montante de R\$493 milhões. A insuficiência reduziu em R\$1.414 milhões quando comparada com dezembro de 2021, principalmente influenciado pela variação da ETTJ. A insuficiência foi integralmente compensada, conforme estipulado no § 2º do artigo 43 da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações, pela diferença entre o valor justo e o valor contábil dos ativos classificados como "mantidos até o vencimento". Esta diferença reduziu R\$1.361 milhões em relação a dezembro 2021, por conta da variação da ETTJ.
- Contingências ativas e passivas**
As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Companhia, com relação às probabilidades de perda. Estas são provisionadas quando mensuráveis. Os detalhes relativos aos principais processos judiciais estão descritos na nota explicativa nº 16.
Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que sua realização de ganho seja considerada certa.
 - Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (Impairment)**
É reconhecida uma perda por impairment se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupo. Perdas por impairment, quando aplicável, são reconhecidas no resultado do exercício.
De acordo com a política da Companhia, o teste de impairment é realizado anualmente considerando:
i) Carteira de clientes que possuam planos de previdência na antiga Mapfre Nossa Caixa Vida e Previdência (já amortizada); e
ii) Exploração dos pontos de venda, representadas pelas agências do antigo Banco Nossa Caixa, nas quais são comercializados planos de previdência da Brasilprev.
O teste de impairment é realizado para a data-base de balanço anual, ou quando houver qualquer início de impairment no exercício. O resultado do teste realizado para a data-base 31 de dezembro de 2022 não indicou evidências de perda por impairment.
Imposto de renda e contribuição social
Sobre o lucro do exercício, ajustado nos termos previstos na legislação fiscal, incidem o imposto de renda à alíquota de 15% acrescida de adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável do exercício excedente a R\$240 mil, e a contribuição social à alíquota de 15% até julho de 2022 e 16% de agosto a dezembro de 2022. Sobre o período comparativo, a CSLL estava com a alíquota vigente de 20%, motivo pelo qual os impostos estavam calculados a alíquota de 45%. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e estejam relacionados a imposto de renda e contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.
Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.
Classificação dos contratos de seguros
A Companhia classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro. Como guia geral, define-se risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos ao segurado na ocorrência de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa.
Novas normas e interpretações ainda não efetivas
Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações estão ou serão efetivas para exercícios iniciados em e após 1º de janeiro de 2023.
I. CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9)
Substitui as orientações existentes no CPC 38/IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, incluindo, novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38.
O CPC 48/IFRS 9 entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, todavia as alterações ao IFRS 4, emitidas em setembro de 2016, pelo IASB, permitiram para as entidades que atendam determinados critérios, aplicar isenção temporária ao IFRS 9/CPC 48, de forma que a entidade mantenha a aplicação do IAS 39/CPC 38 para os períodos anuais até antes de 1º de janeiro de 2023, exceto se outra data for requerida ou definida pelos órgãos reguladores. A Administração concluiu que, suas atividades estão predominantemente relacionadas com seguro considerando a data das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 e o conceito de predominância, tal como requerido pelas normas citadas no parágrafo anterior. Por meio da Circular SUSEP nº 678/2022, o CPC 48 foi recepcionado com vigência a partir de 02 de janeiro de 2024.
II. CPC 50 - Contratos de seguros (IFRS 17)
O CPC 50 (IFRS 17) estabelece as regras para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia.
Os respectivos normativos, só serão aplicáveis quando referendados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).
Não houve novas normas e interpretações contábeis que entraram em vigor no exercício de 2022.

4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS

Uso de estimativa e julgamento

Na preparação destas demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, bem como as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 5 - Aplicações;
- Nota 15 - Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos;
- Nota 16 - Provisões judiciais; e
- Nota 19 - Créditos tributários e previdenciários.

	31/12/2022				31/12/2021			
	Valor de custo atualizado	Valor justo	Ajuste a valor justo	%	Valor de custo atualizado	Valor justo	Ajuste a valor justo	%
Valor justo por meio do resultado	332.774.431	330.229.277	(2.545.154)	94,55	306.226.770	300.520.271	(5.706.499)	94,45
Fundos de Investimento Exclusivos - FIF	5.179.661	4.529.337	(650.324)	1,30	5.227.728	4.665.045	(562.683)	1,47
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	13.899	12.741	(1.158)	-	14.996	14.480	(516)	-
Contratos DI Futuro	(16)	(16)	-	-	(21)	(21)	-	-
Contratos Futuros de Ibovespa	(100)	(100)	-	-	-	-	-	-
Debêntures	2.415	2.112	(303)	-	2.283	2.110	(173)	-
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	190.844	185.027	(5.817)	0,05	132.990	121.596	(11.394)	0,04
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	248.338	248.367	29	0,07	317.477	316.928	(549)	0,10
Letra Financeira (LF)	-	-	-	-	40.394	40.534	140	0,02
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	2.927.372	2.334.616	(592.756)	0,67	3.324.547	2.807.132	(517.415)	0,88
Nota do Tesouro Nacional (NTN-C)	378.929	334.532	(44.397)	0,10	252.003	226.132	(25.871)	0,10
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	137.261	131.339	(5.922)	0,04	99.742	92.839	(6.903)	0,03
Operação Compromissada	1.367.906	1.367.906	-	0,39	1.093.390	1.093.390	-	0,34
Contratos IPCA Futuro	(87)	(87)	-	-	329	329	-	-
Swap	(71.600)	(71.600)	-	(0,02)	(36.348)	(36.348)	-	(0,01)
Ações	-	-	-	-	490	490	-	-
Cotas de Fundos	-	-	-	-	13	11	(2)	-
Opção de Venda	129	129	-	-	-	-	-	-
Opção de Índice Bovespa	(838)	(838)	-	-	-	-	-	-
Outros (*)	(14.791)	(14.791)	-	-	(14.557)	(14.557)	-	-
FIFs vinculados a PGBL e VGBL	326.899.902	325.030.571	(1.869.331)	93,06	300.583.063	295.445.587	(5.137.476)	92,85
Ações (**)	3.964.004	3.964.004	-	1,13</				

BRASILPREV

Brasilprev Seguros e Previdência S.A. CNPJ nº 27.665.207/0001-31

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais)

>>>

Valor justo
O valor justo das quotas de Fundos de Investimento Financeiro, foi apurado com base nos valores de quotas divulgados pelos Administradores dos fundos de investimento nos quais a Companhia aplica seus recursos.
Os títulos públicos federais, classificados como "Mantidos até o Vencimento", foram contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Para fins de divulgação apresentamos o valor justo com base nas tabelas de referência do mercado secundário da Associação Brasileira das Instituições do Mercado Financeiro e de Capitais (ANBIMA).
Os títulos públicos federais, classificados como "valor justo por meio do resultado", foram contabilizados utilizando-se as cotações fornecidas pela ANBIMA.
Os demais instrumentos financeiros privados, classificados como disponíveis para venda e valor justo por meio do resultado são apurados em consonância com a Instrução CVM nº 438/2006 e alterações, recomendações do Código de Auto-Regulamentação da ANBIMA e com o manual de precificação do Administrador dos instrumentos financeiros, a saber:

- Debêntures: Com relação aos títulos divulgados na Tabela da ANBIMA, utilizam-se as cotações fornecidas por esta instituição. As demais debêntures são mensuradas por meio de metodologia própria - *marked to model* - com base nas cotações de negócios realizados e divulgados no Sistema Nacional de Debêntures - SND. Para fins de valor justo e como alternativa à ausência de negócios significativos, utilizam-se as cotações dos últimos 21 negócios efetivos divulgados pelo SND. Para alguns títulos onde não há informações de precificação no mercado ativo, utiliza modelos desenvolvidos internamente, associado à perda esperada.
- Letra Financeira - LF: Devido à ausência de um mercado secundário ativo que forneça volume, taxa e emissor para os títulos privados indexados ao IPCA (CDB, DPGE e Letra Financeira), elaboramos modelo de marcação a mercado que utiliza como base a Estrutura a Termo das Taxas de Juros Estimada - ETTJ da ANBIMA, onde as curvas de juros zero-cupam soberanas são extraídas a partir das taxas dos títulos públicos prefixados e atrelados ao IPCA, além da inflação implícita nas curvas.
- Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI: Na B3 S.A. - Brasil Bolsa e Balcão existe o Preço de Referência de Fechamento (PRF) do BOVESPA FIX, que é o resultado de um processo de formação de preços com regras claras e transparentes de negociação, conforme Manual de Preço Referencial de Debêntures. Essa formação de preços, associada à transparência proporcionada pelo sistema - uma vez que as ofertas, negócios e preços de fechamento são disseminadas para todo o mercado em tempo real - permite utilizar o PRF para a Marcação a Mercado - MaM dos CRIs.
- Operação Compromissada Pós-Fixadas: para operações compromissadas em que o período é de 1 (um) dia, será utilizado a taxa da emissão da operação. Nos períodos maiores, será adotada a taxa obtida pela estrutura temporal de juros.
- Derivativos: Os contratos futuros negociados na B3 S.A. - Brasil Bolsa e Balcão possuem suas características padronizadas, seja valor, vencimento, contratos mínimos e valor de ajuste. Para efeito de atualização diária são utilizadas as cotações ou valores referentes aos preços de ajuste do dia.
- Ações: A marcação a mercado dos ativos negociados em Bolsa se processa por meio do preço de fechamento divulgada pela B3 S.A. - Brasil Bolsa e Balcão.

Movimentação das aplicações financeiras

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial do exercício	318.172.857	311.173.414
Aplicações	155.252.114	176.294.795
Resgates	(154.393.775)	(175.216.476)
Receita financeira (nota 18f)	30.229.602	5.923.857
Outros (*)	(1.149)	(2.733)
Saldo final do exercício	349.259.649	318.172.857

(*) Representam movimentações de caixa, valores a receber e a pagar dos fundos de investimentos. Detalhamentos das aplicações por vencimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os vencimentos dos títulos estão distribuídos da seguinte forma:

	Até 1 mês	Até 12 meses	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Fundos de Investimento	1.280.670	140.917	663.667	11.832.446	13.917.700
Exclusivos - FIF	1.280.670	140.917	663.667	11.832.446	13.917.700
Nota do Tesouro Nacional (NTN-C)	-	-	-	5.771.708	5.771.708
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	-	231.149	6.003.719	6.234.868
Operação Compromissada	1.367.906	-	-	-	1.367.906
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	-	-	131.338	50.936	182.274
Letra do Tesouro Nacional (LFT)	-	98.519	68.508	-	167.027
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	-	42.361	206.006	-	248.367
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	-	6.588	6.153	12.741
Debêntures	-	-	2.112	-	2.112
Contratos DI Futuro	-	1	(17)	-	(16)
Contratos IPCA Futuro	-	-	(17)	(70)	(87)
Contratos Futuros de Ibovespa	-	(100)	-	-	(100)
Swap	(71.600)	-	-	-	(71.600)
Opção de Venda	-	129	-	-	129
Opção de Índice Bovespa	(838)	-	-	-	(838)
Outros (*)	(14.798)	7	-	-	(14.791)
FIFES vinculados a PGBL e VGBL	86.030.618	28.802.185	151.675.788	58.521.980	325.030.571
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	2.716.321	33.194.611	13.556.417	49.467.199
Operação Compromissada	48.055.920	-	-	-	48.055.920
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	6.290	-	2.338.616	4.274.071	6.618.977
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	-	14.213.154	93.245.564	32.871.128	140.329.846
Cotas de Fundos	26.765.611	-	-	-	26.765.611
Letra do Tesouro Nacional (LFTN)	4.752.506	6.745.495	5.678.875	-	17.176.876
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	-	536	-	536
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	-	-	73.061	134.497	207.558
Debêntures	2.285	735.103	7.917.369	6.282.634	14.937.391
Ações (**)	3.827.772	136.232	-	-	3.964.004
Cotas de FIDC	211.746	-	-	-	211.746
Letra Financeira (LF)	2.127.165	4.082.343	8.678.331	923.350	15.811.189
Opção de Venda	4.708	49.052	-	-	53.760
Opção de Índice Bovespa	541	49.615	-	-	50.156
Nota Promissória (NP)	-	51.540	551.063	479.382	1.081.985
Contratos DI Futuro	18.902	(26.981)	-	-	(8.079)
Dólar Comercial Futuro	(47.273)	93	(1.517)	403	(1.021)
Contratos IPCA Futuro	-	(3)	(211)	98	(116)
Opção de Compra	(2.991)	20.401	-	-	17.410
Contratos Futuros S&P	-	(8.145)	-	-	(8.145)
Outros (*)	307.436	68	-	-	307.504
Carteira Própria	84.206	1.430	691.037	9.534.705	10.311.378
Nota do Tesouro Nacional (NTN-C)	-	-	-	4.995.389	4.995.389
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	-	115.170	3.880.307	3.995.477
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	1.430	17.093	22.303	40.826
Debêntures	-	-	54.186	29.725	83.911
Letra Financeira (LF)	-	-	504.588	606.981	1.111.569
Cotas de Fundos	84.206	-	-	-	84.206
Total Aplicações	87.395.494	28.944.532	153.030.492	79.889.131	349.259.649

(*) Representam caixa, valores a receber e a pagar dos fundos de investimentos
(**) As ações estão representadas pelo valor justo

A utilização de instrumentos derivativos, conforme prevê a legislação vigente, busca auxiliar no hedge do portfólio e/ou sintetizar posições na carteira da Companhia prezando pela diversificação e/ou redução/aumento da exposição dos fatores de risco de acordo com a necessidade e condições de mercado. Os preços dos instrumentos derivativos são calculados diariamente e divulgados pela B3 S.A. - Brasil Bolsa e Balcão. Adicionalmente, é realizado o ajuste diário das posições sensibilizando as quotas dos fundos de investimentos. Todas as operações são negociadas e registradas no sistema de custódia da instituição. Estimativa de valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia utiliza dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:
Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).
A tabela a seguir demonstra a mensuração do valor justo por níveis:

	31/12/2022				31/12/2021			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Valor justo por meio do resultado	243.603.089	86.233.806	109.669	330.239.277	208.902.888	90.890.908	99.896	300.599.350
Fundos de Investimento Exclusivos - FIF	3.163.481	1.380.647	-	4.529.337	3.531.198	1.148.405	-	4.665.045
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	12.741	-	12.741	-	14.480	-	14.480
Contratos DI Futuro	-	(16)	-	(16)	(21)	-	-	(21)
Contratos Futuros de Ibovespa	-	-	-	(100)	-	-	-	(100)
Debêntures	-	2.112	-	2.112	-	-	-	2.112
Letra do Tesouro Nacional (LFTN)	-	185.027	-	185.027	-	121.596	-	121.596
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	-	248.367	-	248.367	-	316.928	-	316.928
Letra Financeira (LF)	-	-	-	-	-	40.535	-	40.535
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	2.334.616	-	2.334.616	-	2.807.132	-	2.807.132
Contratos IPCA Futuro	-	(87)	-	(87)	-	329	-	329
Swap	(71.600)	-	-	(71.600)	-	-	-	(36.348)
Ações	-	-	-	-	-	490	-	490
Cotas de Fundos	-	-	-	-	-	11	-	11
Opção de Venda	-	129	-	129	-	-	-	129
Opção de Índice Bovespa	-	(838)	-	(838)	-	-	-	(838)
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	-	131.339	-	131.339	-	92.839	-	92.839
Operação Compromissada	-	-	1.367.906	1.367.906	-	1.093.390	-	1.093.390
Nota do Tesouro Nacional (NTN-C)	-	-	-	334.532	-	226.132	-	226.132
Outros (*)	-	-	-	(14.791)	-	50.280	-	50.280
FIFES vinculados a PGBL e VGBL	240.287.902	84.325.496	109.669	325.030.571	205.277.178	89.438.297	99.896	295.445.587
Ações (**)	-	3.964.004	-	3.964.004	-	8.899.204	-	8.899.204
Cotas de Fundos	-	7.906.945	-	26.765.611	-	1.733.161	-	15.050.835
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	-	712	712	-	1.199	-	1.199
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	-	-	207.558	207.558	-	82.927	-	82.927
Contratos DI Futuro	-	-	(1.021)	(1,021)	(3,512)	-	-	(3,512)
Contratos Futuros de Ibovespa	-	-	(8,079)	(8,079)	-	12,881	-	12,881
Debêntures	14.730.002	97.720	109.669	14.937.391	8.346.145	-	99.896	8.446.041
Opção de Venda	53.760	-	-	53.760	3.210	-	-	3.210
Opção de Índice Bovespa	50.156	-	-	50.156	3.174	-	-	3.174
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	-	131.339	-	131.339	-	4.801.314	-	4.801.314
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	-	17.176.876	-	17.176.876	-	111.114.816	-	111.114.816
Letra Financeira (LF)	-	140.329.846	-	140.329.846	-	62.435.553	-	62.435.553
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	49.467.199	-	49.467.199	-	7.896.298	-	7.896.298
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	-	6.618.977	-	6.618.977	-	-	-	-
Operação Compromissada	-	48.055.920	-	48.055.920	-	64.123.646	-	64.123.646
Cotas de FIDC	-	-	-	-	-	296.842	-	296.842
Nota Promissória (NP)	-	-	1.081.985	1.081.985	-	280.983	-	280.983
Letra Financeira (LF)	-	15.811.189	-	15.811.189	-	11.078.980	-	11.078.980
Dólar Comercial Futuro	(9,912)	-	-	(9,912)	32,883	-	-	32,883
Contratos IPCA Futuro	(116)	-	-	(116)	(249)	-	-	(249)
Opção de Compra	17,410	-	-	17,410	3,343	-	-	3,343
Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE)	-	-	-	-	-	256,046	-	256,046
Outros (*)	(8,145)	-	-	(8,145)	(1,043)	-	-	(1,043)
Contratos Futuros S&P	-	-	-	-	-	630,216	-	630,216
Outros (*)	-	-	-	-	-	(1,043)	-	(1,043)
Carteira Própria	151.706	527.663	679.369	94.512	304.206	47.530	398.718	398.718
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	40.826	-	40.826	-	47.530	-	47.530
Debêntures	-	47.835	-	47.835	-	48.015	-	48.015
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	19.665	-	19.665	-	20.683	-	20.683
Cotas de Fundos	-	84.206	-	84.206	-	25.814	-	25.814
Letra Financeira (LF)	-	486.837	-	486.837	-	256.676	-	256.676
Disponível para venda	36.076	36.076	36.076	36.076	43.361	43.361	43.361	43.361
Carteira Própria	36.076	36.076	36.076	36.076	43.361	43.361	43.361	43.361
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	-
Mantidos até o vencimento	19.735.238	556.836	20.292.074	19.739.441	529.083	20.288.524	10.127.983	20.288.524
Fundos de Investimento Exclusivos - FIF	10.386.993	4.204.652	10.386.993	10.386.993	10.160.541	4.054.352	6.055.909	10.160.541
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	4.204.652	-	4.204.652	-	4.054.352	-	4.054.352
Nota do Tesouro Nacional (NTN-C)	-	6.136.220	-	6.136.220	-	6.055.909	-	6.055.909
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	-	48.121	-	48.121	-	50.280	-	50.280
Carteira Própria	9.348.245	556.836	9.905.081	9.905.081	5.299.900	529.083	10.127.983	5.299.900
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	-	-	-	-	-	3.922.268</		



>>>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais)

14. DEMONSTRATIVO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO (PLA) E CAPITAL MÍNIMO REQUERIDO

Nos termos da Resolução CNSP nº 432/2021 e alterações, as sociedades deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), que é equivalente ao maior valor entre o capital-base e o capital de risco (CR), conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021		
Patrimônio líquido	6.048.025	5.833.438		
Ajustes contábeis:				
(-) Despesas antecipadas	(10.994)	(3.305)		
(-) Intangível	(231.208)	(212.794)		
(-) Obras de arte	(75)	(75)		
(-) Custo de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(1.412.099)	(1.353.005)		
(+) Dívidas subordinadas emitidas, limitado a 15% do CMR	444.373	428.378		
Ajustes subordinados à variação dos valores econômicos				
(+) Diferença entre valor de mercado e valor dos ativos financeiros mantidos até o vencimento	771.589	1.467.608		
(-) Redução no TAP referente à diferença de marcação dos ativos vinculados	(290.696)	(1.048.713)		
(+) Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registradas	307.220	240.661		
Ajuste de excesso do PLA de nível 2 e PLA de nível 3 (*)	(47.030)	(40.833)		
Patrimônio líquido ajustado (a)	5.579.105	5.311.370		
Capital Mínimo Requerido (b) = maior entre (c) e (d)	2.962.484	2.855.853		
Capital Base (c)	15.000	15.000		
Capital Adicional de Risco (d)	2.962.484	2.855.853		
Capital Adicional de Risco de Subscrição	1.887.096	1.767.818		
Capital Adicional de Risco de Crédito	112.576	98.354		
Capital Adicional de Risco Operacional	13.380	250.579		
Capital Adicional de Risco de Mercado	1.419.955	1.456.064		
Redução de Correlação de Riscos	(732.204)	(716.957)		
Suficiência de Capital (a) - (b)	2.616.621	2.455.517		
Níveis de PLA				
Nível 1	4.827.512	-	4.827.512	163%
Nível 2	307.220	-	307.220	25%
Nível 3	(47.030)	(47.030)	444.373	15%
Total	5.626.135	(47.030)	5.579.105	

(*) Ajuste de excesso do PLA de Nível 3: no máximo 15% do CMR serão cobertos por PLA de nível 3.
(**) PLA por nível dentro dos limites estipulados conforme Resolução CNSP 432/2021, artigo 56, inciso III.
A suficiência dos ativos livres equivale a R\$5.809.284 (R\$ 5.372.526 em 2021) (nota explicativa nº 6).
Os ajustes associados à variação dos valores econômicos estão apresentados líquidos dos efeitos tributários de IRPJ e CSLL conforme disposto na Resolução CNSP nº 432/2021 e alterações.

15. PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

	31/12/2022			
	PGBL	VGBL	Tradicionais (*)	Vida
Provisões técnicas				
Matemática de Benefícios a Conceder	38.191.093	286.838.886	11.345.639	1.278
Matemática de Benefícios Concedidos	1.158.569	533.101	4.327.207	-
Excedente Financeiro	32.918	367.532	848.569	-
Resgates e Outros Valores a Regularizar	996	12.579	5.729	-
Sinistros a Liquidar	11.713	21.122	89.666	300
Despesas Relacionadas	-	-	17.625	-
Sinistros Ocorridos e não Avisados - IBNR	-	-	142	142
Prêmios não Ganhos	-	-	8.179	1
Total das provisões técnicas	39.395.418	287.773.294	16.655.994	1.721
Custos de aquisição diferidos	54.487	1.357.194	34	69
(*) Inclui as coberturas de risco				

	31/12/2021			
	PGBL	VGBL	Tradicionais (*)	Vida
Provisões técnicas				
Matemática de Benefícios a Conceder	36.543.899	258.901.028	10.918.128	13
Matemática de Benefícios Concedidos	1.046.795	443.006	3.864.229	-
Excedente Financeiro	11	2	838.540	-
Resgates e Outros Valores a Regularizar	37.822	474.766	3.081	-
Sinistros a Liquidar	682	5.712	73.124	14
Despesas Relacionadas	9.832	16.795	16.182	-
Sinistros Ocorridos e não Avisados - IBNR	-	-	14.156	2
Prêmios não Ganhos	-	-	8.523	1
Total das provisões técnicas	37.639.04	259.842.109	15.735.963	15
Custos de aquisição diferidos	56.345	1.296.608	52	2
(*) Inclui as coberturas de risco				

	31/12/2021			
	PGBL	VGBL	Tradicionais (*)	Vida
Provisões técnicas				
Matemática de Benefícios a Conceder	36.543.899	258.901.028	10.918.128	13
Matemática de Benefícios Concedidos	1.046.795	443.006	3.864.229	-
Excedente Financeiro	11	2	838.540	-
Resgates e Outros Valores a Regularizar	37.822	474.766	3.081	-
Sinistros a Liquidar	682	5.712	73.124	14
Despesas Relacionadas	9.832	16.795	16.182	-
Sinistros Ocorridos e não Avisados - IBNR	-	-	14.156	2
Prêmios não Ganhos	-	-	8.523	1
Total das provisões técnicas	37.639.04	259.842.109	15.735.963	15
Custos de aquisição diferidos	56.345	1.296.608	52	2
(*) Inclui as coberturas de risco				

	31/12/2021			
	PGBL	VGBL	Tradicionais (*)	Vida
Provisões técnicas				
Matemática de Benefícios a Conceder	36.543.899	258.901.028	10.918.128	13
Matemática de Benefícios Concedidos	1.046.795	443.006	3.864.229	-
Excedente Financeiro	11	2	838.540	-
Resgates e Outros Valores a Regularizar	37.822	474.766	3.081	-
Sinistros a Liquidar	682	5.712	73.124	14
Despesas Relacionadas	9.832	16.795	16.182	-
Sinistros Ocorridos e não Avisados - IBNR	-	-	14.156	2
Prêmios não Ganhos	-	-	8.523	1
Total das provisões técnicas	37.639.04	259.842.109	15.735.963	15
Custos de aquisição diferidos	56.345	1.296.608	52	2
(*) Inclui as coberturas de risco				

	31/12/2021			
	PGBL	VGBL	Tradicionais (*)	Vida
Provisões técnicas				
Matemática de Benefícios a Conceder	36.543.899	258.901.028	10.918.128	13
Matemática de Benefícios Concedidos	1.046.795	443.006	3.864.229	-
Excedente Financeiro	11	2	838.540	-
Resgates e Outros Valores a Regularizar	37.822	474.766	3.081	-
Sinistros a Liquidar	682	5.712	73.124	14
Despesas Relacionadas	9.832	16.795	16.182	-
Sinistros Ocorridos e não Avisados - IBNR	-	-	14.156	2
Prêmios não Ganhos	-	-	8.523	1
Total das provisões técnicas	37.639.04	259.842.109	15.735.963	15
Custos de aquisição diferidos	56.345	1.296.608	52	2
(*) Inclui as coberturas de risco				

	31/12/2021			
	PGBL	VGBL	Tradicionais (*)	Vida
Provisões técnicas				
Matemática de Benefícios a Conceder	36.543.899	258.901.028	10.918.128	13
Matemática de Benefícios Concedidos	1.046.795	443.006	3.864.229	-
Excedente Financeiro	11	2	838.540	-
Resgates e Outros Valores a Regularizar	37.822	474.766	3.081	-
Sinistros a Liquidar	682	5.712	73.124	14
Despesas Relacionadas	9.832	16.795	16.182	-
Sinistros Ocorridos e não Avisados - IBNR	-	-	14.156	2
Prêmios não Ganhos	-	-	8.523	1
Total das provisões técnicas	37.639.04	259.842.109	15.735.963	15
Custos de aquisição diferidos	56.345	1.296.608	52	2
(*) Inclui as coberturas de risco				

Foi deliberada, nas Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 03 de fevereiro de 2022, 28 de março de 2022, 04 de agosto de 2022 e 19 de dezembro de 2022, a aprovação de distribuição de dividendos e/ou o pagamento de juros sobre capital próprio - JCP. Para fins de distribuição, o juro sobre o capital próprio foi calculado com base na "taxa de juros de longo prazo" (TJLP) aplicada sobre o patrimônio líquido observado o limite de 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, bem como sua dedução do valor do dividendo mínimo obrigatório.

Durante o exercício de 2022, foram distribuídos R\$1.273.544 entre dividendos e juros sobre capital próprio da seguinte forma: (i) juros sobre o capital próprio no montante de R\$307.204 como distribuição de parte do resultado do exercício, (ii) dividendos no montante de R\$966.340, sendo que (a) parcela no montante de R\$ 413.607 paga como antecipação da distribuição do resultado do exercício, e (b) montante de R\$552.733 a partir do saldo existente na Reserva Estatutária.

O total de dividendos e juros sobre o capital próprio relativos a 2022 representava 47,7% do lucro líquido do exercício após a constituição da reserva legal.

O montante creditado a título de juros sobre o capital próprio no exercício reduziu a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social, gerando um efeito tributário positivo de R\$125.954.

A reserva legal é constituída, ao final do exercício, para garantir a integridade do capital social. A constituição é realizada com 5% do lucro líquido do exercício até que atinja 20% do capital social. A reserva estatutária é constituída ao final de cada exercício social por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição de reserva legal, até que, quando somada à reserva legal, atinja o limite de 100% do capital social, estando sujeita à deliberação em Assembleia Geral. A distribuição do lucro líquido do exercício aconteceu conforme abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	1.469.247	1.006.791
Constituição reserva legal	74.457	50.440
Dividendos pagos	413.607	39.677
Dividendos a pagar	-	2.198
Juros sobre o capital próprio pagos	307.204	210.323
Constituição reserva estatutária	693.799	706.153

18. DETALHAMENTO DAS CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	31/12/2022	31/12/2021
a) Custos de aquisição		
Agenciamento e corretagem	(740.748)	(678.955)
Variação das despesas diferidas	59.094	59.999
Custeamento de vendas	(14.930)	(657.617)
Total	(696.584)	(633.717)
b) Outras receitas e despesas operacionais		
Despesa com incentivo de vendas	(25.050)	(22.838)
Despesas com cobrança	(16.897)	(17.116)
Contingências	(3.648)	(5.967)
Provisão de créditos de liquidação duvidosa	(2.289)	(11.880)
Outras despesas operacionais	(3.877)	(15.107)
Total	(66.152)	(73.603)
c) Despesas administrativas		
Pessoal próprio	(169.753)	(151.088)
Serviços de terceiros	(112.922)	(99.936)
Localização e funcionamento	(62.394)	(60.557)
Outras e propaganda	(32.406)	(29.164)
Total	(382.757)	(350.443)
d) Despesas com tributos		
Impostos federais e municipais	(16.897)	(64.159)
COFINS	(155.308)	(141.382)
PIS	(25.237)	(22.974)
Taxa de fiscalização SUSEP	(5.181)	(4.546)
Outras	(1.306)	(982)
Total	(253.729)	(234.043)
e) Resultado financeiro		
Fundos de investimentos exclusivos - FIF	1.106.436	1.370.243
FIFES vinculados ao PGBL e VGBL	27.966.228	3.060.882
Títulos de renda fixa - Público e Privado	1.157.938	1.492.732
Outros	337	131
Total	30.229.999	5.923.996
Despesas com provisões técnicas	(29.818.246)	(6.223.594)
Outras despesas financeiras	(82.106)	(34.304)
Total	(29.900.354)	(6.257.898)
Total	329.585	(333.910)
f) Receita financeira por categoria		
Valor justo por meio do resultado	27.981.326	2.850.619
Disponível para venda	4.774	6.869
Manidos até o vencimento	2.243.502	3.066.369
Total	30.229.602	5.923.857

	31/12/2022		31/12/2021	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes dos impostos e participações	2.270.065	2.270.065	1.600.552	1.600.552
(+) Participações sobre o resultado	(17.691)	(17.691)	(13.284)	(13.084)
(-) Juros sobre capital próprio	(307.204)	(307.204)	(210.323)	(210.323)
Resultado ajustado	1.945.170	1.945.170	1.377.145	1.377.145
Adições temporárias	9.053	9.053	34.954	34.954
Adições permanentes	27.166	27.166	24.053	24.053
(-) Exclusões	(3.559)	(3.559)	-	-
Lucro tributável	1.977.830	1.977.830	1.436.152	1.436.152
Tributos correntes	(494.433)	(305.016)	(359.014)	(260.687)
Tributos diferidos	3.449	2.070	8.718	5.243
(-) Programa de alimentação	760	-	1.636	-
(-) Incentivos fiscais	17.221	-	16.457	-
Outros	7.049	5.673	5.006	3.364
Total de tributos	(465.954)	(297.273)	(326.597)	(252.080)
Alíquota Efetiva	23,95%	15,28%	23,97%	18,30%

O prazo médio pendente de pagamento dos sinistros judiciais está relacionado ao prazo do desfecho do processo judicial, que usualmente ocorre entre 4 e 6 anos.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social está representado por 3.517.874 ações em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, todas nominativas e sem valor nominal, sendo 1.758.937 ordinárias e 1.758.937 preferenciais.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de junho de 2021 foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$600.000, mediante a emissão de 382.422 novas ações, todas nominativas e sem valor nominal, sendo 191.211 ações ordinárias e 191.211 ações preferenciais e aprovado pela SUSEP em 08 de fevereiro de 2022, através da Portaria SUSEP/CGRAJ Nº 624, sendo 100% integralizados pelos acionistas em junho de 2021.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2020 foi deliberado aumento de capital no montante de R\$1.199.999, mediante a emissão de 845.372 novas ações, todas nominativas e sem valor nominal, sendo 422.686 ações ordinárias e 422.686 ações preferenciais e aprovado pela SUSEP em 21 de junho de 2021, através da Portaria SUSEP/CGRAJ Nº 217, sendo R\$1.049.969 integralizados em dezembro de 2020 e R\$150.030 integralizados em janeiro de 2021.

Os tributos correntes estão classificados na rubrica "Impostos e contrib



Brasilprev Seguros e Previdência S.A.
CNPJ nº 27.665.207/0001-31

>>>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais)

e) Risco de mercado
O risco de mercado consiste na possibilidade de perdas ocasionadas por flutuações não previstas nos preços, indexadores, taxas de juros e prazos de direitos e obrigações, uma vez que as carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos e indexadores.
Para controle do risco de mercado, a Companhia utiliza o conjunto de métricas mais adequado para cada carteira, fundo ou portfólio.
Nos portfólios em que abrangem os produtos PGBL e VGBL, a Companhia utiliza um conjunto de métricas, entre elas VaR, Tracking Error, Duration e análise ad hoc da volatilidade dos fundos da Companhia e da concorrência nessas carteiras. Essas métricas são mensuradas, gerenciadas e controladas diariamente, de maneira a garantir que todos os portfólios estejam adequados aos perfis de riscos definidos entre os diferentes produtos, objetivando a otimização da relação risco-retorno.
Nos portfólios em que a Companhia oferece garantia de taxa de juros (rendas vitalícias e produtos tradicionais) utiliza um processo estruturado de ALM - Asset & Liabilities Management, no qual são monitorados e controlados os descasamentos de indexadores, de prazo, e de fluxo de caixa, bem como simulações de reinvestimento que levam em conta variações nos cenários econômicos.
Análise de sensibilidade
Adicionalmente, a Companhia utiliza como ferramenta de gestão de risco de mercado o teste de sensibilidade. Os resultados desta análise são utilizados para dimensionar o impacto sobre o resultado e sobre o patrimônio líquido dado uma determinada variação de taxa de juros nos portfólios da Companhia, auxiliando no processo de decisão no gestão de ativos e passivos.
Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: (i) taxa de juros e (ii) cupons de títulos indexados a índices de referência (IGP-M e IPCA) em função da relevância dos mesmos nas posições ativas e passivas da Companhia. A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 basis points para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativas de inflação, refletindo em choque nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros.
São considerados somente os ativos classificados na categoria "títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado" e "títulos disponíveis para venda", que estão marcados a mercado de acordo com as metodologias de precificação e de cálculo de risco utilizadas pela Companhia. Nesta análise, são considerados todos os planos ativos com exceção dos planos PGBL e VGBL em fase de acumulação.
O teste de sensibilidade realizado considera os efeitos isolados de cada fator de risco. A coluna "sensibilidade" indica um índice de mudança considerada possível de ocorrência para as premissas selecionadas. As análises de sensibilidade apresentadas pela Companhia foram elaboradas com base na melhor estimativa de mudanças sobre estas premissas em um cenário e condições normais de mercado.
A tabela apresenta a mudança esperada destas variáveis e impactos potenciais sobre o resultado e sobre o patrimônio líquido:

Fatores de risco	Sensibilidade	Impactosem 31/12/2022		Impactosem 31/12/2021	
		Patrimônio/Resultado		Patrimônio/Resultado	
Taxa de juros (*)	+ 100 bps	(13.531)	(14.327)	(13.531)	(14.327)
Taxa de juros (*)	- 100 bps	13.531	14.327	13.531	14.327
Cupom	+ 100 bps	(323.174)	(420.131)	(323.174)	(420.131)
Cupom	- 100 bps	323.174	420.131	323.174	420.131

(*) O impacto considerado para taxa de juros equivale ao efeito do ajuste na taxa em 100 Bps em 1 (um) dia de rendimento, principalmente por este efeito impactar ativos de liquidez imediata.

f) Risco operacional
O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas ou decorrentes de eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à reputação da instituição. A Companhia possui processo instituído para captura, classificação, avaliação e registro de eventos de riscos e perdas operacionais que permitem a análise dos controles, criação de planos de ação e indicar responsáveis, permitindo a melhoria no ambiente de controles internos e o alcance dos objetivos da Brasilprev.
g) Risco legal
O risco legal consiste na possibilidade de perdas decorrentes da inobservância de aspectos legais que envolvam produtos, contratos firmados e obrigações regulatórias, fiscais, trabalhistas, societárias, comerciais, cíveis, penais e outras.
Para a gestão do risco legal, a área jurídica da Companhia, além de atuar como consultoria e assessoria jurídica na elaboração de pareceres, revisão dos contratos e no desenvolvimento de produtos e serviços, faz a gestão do contencioso judicial e administrativo.
A Companhia pauta sua conduta pelo respeito aos contratos e aos direitos de seus participantes, e dispõe de norma específica de compliance regulatório, por meio da qual mantém-se em conformidade com toda a legislação e regulamentação aplicáveis.

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia efetua operações com empresas integrantes do grupo financeiro liderado pelo Banco do Brasil S.A.
As principais operações com essas empresas compreendem a administração da carteira de aplicações financeiras, cujos valores são registrados em "Despesas administrativas - Serviços de terceiros", a intermediação na venda de seguros de vida com cobertura de sobrevivência, planos de previdência

privada, vida e pessoa individual, envolvendo o pagamento de comissões, corretagens, agenciamentos, incentivos à venda e remunerações por outros serviços, os quais são registrados nas rubricas "Custos de aquisição".
A Companhia também efetuou no exercício operações com o Principal Financial Group, as quais compreenderam pagamentos a título de licença anual de uso e manutenção de software cujos valores foram registrados na rubrica "Despesas administrativas".
Durante o exercício a Companhia remunerou seus Administradores, os quais são representados pelos Diretores Estatutários e Membros Titulares do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria.
Os saldos patrimoniais e de resultados decorrentes de transações com essas empresas e com os Administradores estão demonstrados a seguir:

Partes Relacionadas	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Acionistas:						
Grupo Banco do Brasil	55.619	64.543	(6.221)	(4.412)	(231.113)	(213.084)
Grupo Principal Financial	-	-	(1.238)	(863)	(6.008)	(5.964)
Ligadas:						
Administradores	-	-	(3.372)	(5.890)	(11.168)	(12.486)
Alelo S.A.	-	-	-	-	(653)	(41)
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	-	-	-	(406)	(13.598)	(12.053)
BB Corretora de Seguros e Adm. de Bens S.A.	-	76.507	(12.581)	(8.381)	(544.084)	(497.552)
BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	-	-	(756)	(723)	(9.049)	(6.837)
BB Tecnologia e Serviços S.A.	-	-	-	-	(97)	(225)
Brasilprev Operadora de Planos Odontológicos S.A.	-	-	-	-	(43)	(42)
BrasilSeg Companhia de Seguros S.A.	-	-	-	(48)	(667)	(586)
Ciclic Corretora de Seguros S.A.	15	-	-	-	161	(347)
Gestora de Inteligência de Crédito S.A.	-	-	-	-	(329)	(135)
Livelo S.A.	-	-	-	(5)	(10.344)	(11.365)
UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.	-	-	1.664	2.151	(487)	(284)

22. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia é instituidora do Plano de Aposentadoria "Nosso Brasilprev", que concede complemento de aposentadoria para seus funcionários e diretores. As contribuições no exercício foram de R\$2.591 (R\$2.996 em 2021). Os benefícios para aposentadoria estão estruturados na modalidade de contribuição definida, e os benefícios de pensão e invalidez no regime financeiro de repartição de capitais de cobertura.
As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são mensuradas e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava em sua carteira de fundos de investimentos exclusivos atrelados aos produtos de VGBL e PGBL, ativos das Americanas S.A., que representam 0,1% da carteira, sendo: a) ações no montante de R\$18.563 e b) debêntures no montante de R\$3.919,11, fundos estes mensurados a valor justo por meio do resultado. Em 11 de janeiro de 2023, a Americanas S.A. comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que foram detectadas inconsistências em lançamentos contábeis, tendo o seu rating e a precificação dos seus papéis impactados a partir dessa data. Com a sua recuperação judicial comunicada ao mercado em 19 de janeiro de 2023, a Companhia, por meio do administrador dos seus fundos de investimentos, precificou a totalidade das debêntures nas Americanas S.A. ao valor de zero. Em 31 de dezembro de 2022, a Brasilprev não possuía exposição em sua carteira proprietária em ativos das Americanas S.A. não havendo, portanto, impactos no seu patrimônio líquido e resultado do exercício.

24. OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) Os créditos tributários classificados no ativo não circulante referem-se a ajustes temporais de imposto de renda calculado à alíquota de 25% e contribuição social à alíquota de 15% sobre as adições temporárias no cálculo dos tributos.
- b) Principais produtos atualmente comercializados:
A comercialização vigente de produtos de vida com cobertura por sobrevivência (VGBL) e previdência complementar (PGBL) é efetuada principalmente com a tábu de sobrevivência denominada Experiência do Mercado Segurador Brasileiro (BR-EMS), com 0% de garantia de juros na fase de concessão de benefício, atualização anual do benefício pelo IPCA e 0% de taxa de carregamento.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria, Conselho de Administração e Acionistas da Brasilprev Seguros e Previdência S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Brasilprev Seguros e Previdência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brasilprev Seguros e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, estão descritas em nossa nota explicativa intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração e registro das provisões técnicas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 15 às demonstrações financeiras, a Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2022, provisões técnicas decorrentes de contratos de seguros e de previdência complementar no montante de R\$343.826.496 mil, representando 99,62% do total do passivo. Em razão da representatividade dos saldos dessas provisões técnicas em relação ao total do passivo da Companhia, da diversificação dos contratos de seguros e previdência complementar, do volume transacionado e do uso de determinadas premissas no seu cálculo, incluindo algumas que envolvem julgamento da Diretoria, sendo as principais premissas utilizadas: taxa de desconto, tábu de mortalidade, taxa de permanência do participante, probabilidade de resgate, expectativa de aumento na longevidade, determinação do tipo de benefício na data da aposentadoria e conversão em renda, consideramos as provisões técnicas como uma área de foco em nossa abordagem de auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíam, entre outros: (i) entendimento dos critérios de provisionamento adotados pela Companhia; (ii) entendimento e testes do desenho, da implementação e da efetividade dos controles internos relevantes sobre o processo de registro e mensuração de certas provisões técnicas de seguros e de previdência complementar; (iii) testes, em base amostral, e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes aos associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, descritos no anexo deste relatório, da Brasilprev Seguros e Previdência S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2022, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, descritos no anexo deste relatório, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelos controles internos que ela determinar serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuariários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião sobre

dos seus fundos de investimentos, precificou, a partir dessa data, a totalidade das debêntures da Americanas S.A. a zero. Nossa opinião não contém ressalva em função desse assunto.
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Diretoria.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Diretoria, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Diretoria e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Diretoria, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pela SUSEP, e pelos controles internos que ela determinar como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.
Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, descritos no anexo deste relatório. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuariário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuariário considera que os controles internos da Companhia são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Companhia.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, descritos no anexo deste relatório, da Brasilprev Seguros e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2022 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.
Outros assuntos
Confiabilidade dos Quadros Estatísticos
No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos

- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos, frequentemente, uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixados pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 06 de fevereiro de 2023.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditor Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Carlos Claro
Contador
CRC nº 1 SP 236588/O-4



que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante.
Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIR (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 06 de fevereiro de 2023.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Consultores Ltda.
CNPJ 02.189.924/0001-03
CIBA 45

Felipe Fieri Amado
Atuariário
MIBA nº 2.385



Anexo I		
Demonstrativos do Parecer dos Auditores Atuariais Independentes	31/12/2022	31/12/2021
1. Demonstrativo dos limites de retenção		
Ramo 1329	8	8
Ramo 1381	500	500
Ramo 1384	500	500
Ramo 1390	292	292
Ramo 1391	1.000	1.000
Previdência (invalidez e morte)	1.000	1.000

(em milhares de reais)

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Introdução

O Comitê de Auditoria da Brasilprev Seguros e Previdência S.A. é um órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, atuando de forma permanente e independente, com a finalidade de precípua de avaliar e manifestar-se sobre a qualidade e integridade das demonstrações financeiras e a efetividade do sistema de controles internos; a atuação dos auditores independentes e da Auditoria Interna; o entendimento das exposições de risco; e a adequação das transações com partes relacionadas, de acordo com seu Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. É constituído por 3 (três) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 30 (trinta) meses, renovável a critério do Conselho de Administração, por igual período, até o limite de 5 (cinco) anos. Os administradores são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações financeiras, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares. A Auditoria Interna responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos, avaliando, com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos. A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. é responsável pela auditoria das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e a Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda. pela auditoria atuarial independente desse mesmo exercício.

Principais atividades

O Comitê reuniu-se mensalmente, fez diligências e requisições de documentos e informações junto à Administração, gestores de riscos e controles e aos auditores internos e independente. As atividades desenvolvidas, registradas em atas, cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao Comitê. Nessas reuniões foram abordados, em especial, assuntos relacionados às demonstrações financeiras, ao sistema de controles internos, processos contábeis, tributários, ambiente regulatório e de gestão de riscos e relativos a transações com partes relacionadas, bem como as ações em curso na Companhia. Nas situações em que identificou necessidade de melhoria, recomendou aprimoramentos. Manteve diálogo com as auditorias interna e independente, avaliou o Planejamento Anual da Auditoria Interna para o exercício subsequente e, para ambas avaliou os resultados dos trabalhos realizados, suas conclusões e acompanhamento da implementação das recomendações. Revisou as demonstrações financeiras, as notas explicativas e o relatório da administração e discutiu com os auditores independentes seus relatórios e apontamentos.

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria considera que:
a) os controles internos da Companhia são adequados ao porte e à complexidade dos negócios e objeto de permanente atenção por parte da administração;
b) a Auditoria Interna desempenha suas funções com independência, objetividade e qualidade;

- c) a qualidade dos trabalhos e das informações fornecidas pelo auditor independente são satisfatórias e apoiam a opinião do Comitê acerca da integridade das demonstrações financeiras. Não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer a independência do auditor independente;
- d) os processos de gestão de riscos continuam evoluindo; e
- e) as transações com partes relacionadas da Companhia são aprovadas pela administração, avaliadas e monitoradas por comitês estatutários.

Com base nas reuniões e relatórios apresentados pelos auditores independentes, o Comitê considerou que as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e recomenda a sua aprovação pelo Conselho de Administração.

São Paulo, 06 de fevereiro de 2023.

Nelson Antônio de Souza
Coordenador
Carlos Eduardo Munhoz
Membro
Sergio Iunes Brito
Membro
Daniela Ramos Scarin
Secretária

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Membros do Conselho Fiscal da Brasilprev Seguros e Previdência S.A., reunidos nesta data, depois de examinarem as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício de 2022, complementadas pelo Parecer sem ressalvas dos Auditores Externos Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes e Deloitte Touche Tohmatsu Consultores LTDA, bem como aprovado pela Administração da Companhia (Diretoria, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração), manifestaram que, os referidos documentos, estão em condições de serem encaminhados para deliberação da Assembleia Geral Ordinária.
São Paulo, 06 de fevereiro de 2023.

Saba Cordeiro de Monteiro Chagas Filho de Oliveira Presidente do Conselho	Rodrigo Santos Nogueira Membro Titular do Conselho	Gerardo de Mello Junior Membro Titular do Conselho	Thiago Eutério Fidalgo Membro Titular do Conselho
---	--	--	---

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Roberto Andrés Walker Hirschfeld (Presidente do Conselho)
Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo
Flávio Augusto Viana Rocha
Jose Antonio Llaneza Torrealba
Nelson Ignacio Katz
Patrick Gregory Hatter
Ullisses Christian Silva Assis

MEMBROS DA DIRETORIA

Ângela Beatriz de Assis (Diretora-Presidente)
Camilo Buzzi
Carlos Manuel de Oliveira Madureira
Daniel de Oliveira Beneton
Jorge Marino Ricca
Luis Felipe Osorio Cepeda
Ronaldo Simon Ferreira